



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

Anexo I

Termo de Referência

(Processo Administrativo nº 07.04.0034/2024)

1. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Registro de preços para aquisição de medicamentos para a Farmácia Básica, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	ACICLOVIR 200 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	50.000
2	ACICLOVIR 5 % CREME 10 G. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	1.000
3	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	1.100.000
4	ÁCIDO FÓLICO 0,2 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 30 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	1.000
5	ÁCIDO FÓLICO 5 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	800.000
6	ÁCIDO FÓLICO 0,2MG/ML SOLUÇÃO ORAL. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	1.000
7	ÁCIDO VALPRÓICO 250 MG COMPRIMIDO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	400.000
8	ÁCIDO VALPRÓICO 250 MG COMPRIMIDO ((COTA RESERVADA DO LOTE 07, LEI 123/06)	UND.	100.000
9	ÁCIDO VALPRÓICO 50 MG/ML XAROPE 100 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	5.000
10	ÁCIDO VALPRÓICO 500 MG COMPRIMIDO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	400.000
11	ÁCIDO VALPRÓICO 500 MG COMPRIMIDO. (COTA RESERVADA DO LOTE 10, LEI 123/06)	UND.	100.000
12	ALBENDAZOL 40 MG/ML SUSPENSÃO ORAL 10 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	20.000
13	ALBENDAZOL 400 MG COMPRIMIDO MASTIGÁVEL. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	50.000
14	ALENDRONATO DE SÓDIO 10 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	3.000
15	ALENDRONATO DE SÓDIO 70 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	5.000
16	ALOPURINOL 100 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	5.000



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

	123/06)		
17	ALOPURINOL 300 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	3.000
18	AMIODARONA, CLORIDRATO DE 200 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	5.000
19	AMITRIPTILINA, CLORIDRATO 25 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	1.200.000
20	AMITRIPTILINA, CLORIDRATO 75 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	2.000
21	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50 MG+ 12,5 MG/ML SUSPENSÃO ORAL 75 ML. (COTA PRINCIPAL)	UND.	5.500
22	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50 MG+ 12,5 MG/ML SUSPENSÃO ORAL 75 ML. (COTA RESERVADA DO LOTE 21, LEI 123/06)	UND.	1.500
23	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500 MG + 125 MG COMPRIMIDO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	80.000
24	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500 MG + 125 MG COMPRIMIDO. (COTA RESERVADA DO LOTE 23, LEI 123/06)	UND.	20.000
25	AMOXICILINA 50 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO 150 ML. (COTA PRINCIPAL)	UND.	10.000
26	AMOXICILINA 50 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO 150 ML. (COTA RESERVADA DO LOTE 25, LEI 123/06)	UND.	2.000
27	AMOXICILINA 500 MG CÁPSULA. (COTA PRINCIPAL)	UND.	550.000
28	AMOXICILINA 500 MG CÁPSULA. (COTA RESERVADA DO LOTE 27, LEI 123/06)	UND.	150.000
29	ANLODIPINO, BESILATO 10 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	800.000
30	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	600.000
31	ATENOLOL 25 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	400.000
32	ATENOLOL 50 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	600.000
33	AZITROMICINA 40 MG/ML 600 MG PÓ PARA SUSPENSÃO 15 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	10.000
34	AZITROMICINA 500 MG COMPRIMIDO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	80.000
35	AZITROMICINA 500 MG COMPRIMIDO. (COTA RESERVADA DO LOTE 34, LEI 123/06)	UND.	20.000
36	BECLOMETASONA, DIPROPIONATO DE 50 MCG/DOSE SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	1.000
37	BECLOMETASONA, DIPROPIONATO DE 200 MCG/DOSE	UND.	1.500



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

	SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL. (COTA PRINCIPAL)		
38	BECLOMETASONA, DIPROPIONATO DE 200 MCG/DOSE SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL. (COTA RESERVADA DO LOTE 37, LEI 123/06)	UND.	500
39	BECLOMETASONA, DIPROPIONATO DE 250 MCG/DOSE SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	3.000
40	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	6.000
41	BIPERIDENO, CLORIDRATO DE 2 MG COMPRIMIDO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	450.000
42	BIPERIDENO, CLORIDRATO DE 2 MG COMPRIMIDO. (COTA RESERVADA DO LOTE 41, LEI 123/06)	UND.	150.000
43	BUDESONIDA 32 MCG (SUSPENSÃO PARA INALAÇÃO NASAL). (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	2.000
44	BUDESONIDA 50 MCG (SUSPENSÃO PARA INALAÇÃO NASAL). (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	1.000
45	BUDESONIDA 64 MCG (SUSPENSÃO PARA INALAÇÃO NASAL). (COTA PRINCIPAL)	UND.	2.500
46	BUDESONIDA 64 MCG (SUSPENSÃO PARA INALAÇÃO NASAL). (COTA RESERVADA DO LOTE 45, LEI 123/06)	UND.	500
47	CAPTOPRIL 25 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	1.100.000
48	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SUSPENSÃO ORAL 100 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	6.000
49	CARBAMAZEPINA 200 MG COMPRIMIDO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	1.000.000
50	CARBAMAZEPINA 200 MG COMPRIMIDO. (COTA RESERVADA DO LOTE 49, LEI 123/06)	UND.	200.000
51	CARBAMAZEPINA 400 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	10.000
52	CARBONATO DE LÍTIO 300 MG COMPRIMIDO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	250.000
53	CARBONATO DE LÍTIO 300 MG COMPRIMIDO. (COTA RESERVADA DO LOTE 52, LEI 123/06)	UND.	50.000
54	CARVEDILOL 12,5 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	200.000
55	CARVEDILOL 25 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	200.000
56	CARVEDILOL 3,125 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	200.000
57	CARVEDILOL 6,25 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	200.000
58	CEFALEXINA 50 MG/ML SUSPENSÃO ORAL 60 ML. (COTA	UND.	10.000



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

	PRINCIPAL)		
59	CEFALEXINA 50 MG/ML SUSPENSÃO ORAL 60 ML. (COTA RESERVADA DO 58, LEI 123/06)	UND.	2.000
60	CEFALEXINA 500 MG CÁPSULA. (COTA PRINCIPAL)	UND.	150.000
61	CEFALEXINA 500 MG CÁPSULA. (COTA RESERVADA DO LOTE 60, LEI 123/06)	UND.	50.000
62	CEFOTAXIMA SÓDICA 500 MG (PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL). (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	1.000
63	CETOCONAZOL 2% XAMPU 100 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	3.000
64	CIANOCOBALAMINA 1.000 MCG (SOLUÇÃO INJETÁVEL). (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	3.000
65	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO 500 MG COMPRIMIDO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	250.000
66	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO 500 MG COMPRIMIDO. (COTA RESERVADA DO LOTE 65, LEI 123/06)	UND.	50.000
67	CLARITROMICINA 500 MG COMPRIMIDO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	150.000
68	CLARITROMICINA 500 MG COMPRIMIDO. (COTA RESERVADA DO LOTE 67, LEI 123/06)	UND.	50.000
69	CLARITROMICINA 50 MG/ML SUSPENSÃO ORAL. (COTA PRINCIPAL)	UND.	4.000
70	CLARITROMICINA 50 MG/ML SUSPENSÃO ORAL. (COTA RESERVADA DO LOTE 69, LEI 123/06)	UND.	1.000
71	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO DE 10 MG COMPRIMIDO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	400.000
72	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO DE 10 MG COMPRIMIDO. (COTA RESERVADA DO LOTE 71, LEI 123/06)	UND.	100.000
73	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO DE 25 MG COMPRIMIDO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	1.000.000
74	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO DE 25 MG COMPRIMIDO. (COTA RESERVADA DO LOTE 73, LEI 123/06)	UND.	100.000
75	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 20 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	10.000
76	CLORETO DE POTÁSSIO 19,10% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	2.000
77	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SUSPENSÃO INJETÁVEL 500 ML. (COTA PRINCIPAL)	UND.	40.000
78	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SUSPENSÃO INJETÁVEL 500 ML. (COTA RESERVADA DO LOTE 77, LEI 123/06)	UND.	10.000
79	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO NASAL 10 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	300
80	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 100 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	80.000



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

81	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 25 MG COMPRIMIDO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	450.000
82	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 25 MG COMPRIMIDO. (COTA RESERVADA DO LOTE 81, LEI 123/06)	UND.	150.000
83	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 40 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 20 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	1.000
84	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 5 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	7.000
85	DEXAMETASONA 0,1 % CREME 10 G. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	15.000
86	DEXAMETASONA 0,1 MG/ML ELIXIR 120 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	8.000
87	DEXAMETASONA 4 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	30.000
88	DEXAMETASONA, FOSFATO DISSÓDICO 4 MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 2,5 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	10.000
89	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO DE 2 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	100.000
90	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO DE 0,4 MG/ML XAROPE. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	18.000
91	DIAZEPAM 10 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	900.000
92	DIAZEPAM 5 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	12.000
93	DIAZEPAM 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	8.000
94	DIGOXINA 0,25 MG COMPRIMIDO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	400.000
95	DIGOXINA 0,25 MG COMPRIMIDO. (COTA RESERVADA DO LOTE 94, LEI 123/06)	UND.	100.000
96	DIPIRONA SÓDICA 500 MG COMPRIMIDO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	400.000
97	DIPIRONA SÓDICA 500 MG COMPRIMIDO. (COTA RESERVADA DO LOTE 96, LEI 123/06)	UND.	100.000
98	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML	UND.	8.000
99	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 10 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	20.000
100	DOXAZOSINA, MESILATO 2 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	3.000
101	DOXAZOSINA, MESILATO 4 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	3.000
102	ENALAPRIL, MALEATO 10 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	1.200.000
103	ENALAPRIL, MALEATO 20 MG COMPRIMIDO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	1.200.000
104	ENALAPRIL, MALEATO 20 MG COMPRIMIDO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	400.000



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

	RESERVADA DO LOTE 103, LEI 123/06)		
105	ENALAPRIL, MALEATO 5 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	20.000
106	ESPIRONOLACTONA 25 MG COMPRIMIDO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	600.000
107	ESPIRONOLACTONA 25 MG COMPRIMIDO. (COTA RESERVADA DO LOTE 106, LEI 123/06)	UND.	200.000
108	ESTRIOL 1 MG/G CREME VAGINAL 50 G. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	2.000
109	FENITOÍNA SÓDICA 100 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	500.000
110	FENOBARBITAL 100 MG COMPRIMIDO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	1.000.000
111	FENOBARBITAL 100 MG COMPRIMIDO. (COTA RESERVADA DO LOTE 110, LEI 123/06)	UND.	200.000
112	FENOBARBITAL 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	12.000
113	FENOBARBITAL 40 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 20 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	6.000
114	FINASTERIDA 5 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	5.000
115	FLUCONAZOL 150 MG CÁPSULA. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	40.000
116	FLUOXETINA, CLORIDRATO 20 MG CÁPSULA. (COTA PRINCIPAL)	UND.	1.000.000
117	FLUOXETINA, CLORIDRATO 20 MG CÁPSULA. (COTA RESERVADA DO LOTE 116, LEI 123/06)	UND.	200.000
118	FUROSEMIDA 10 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	12.000
119	FUROSEMIDA 40 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	1.100.000
120	GLIBENCLAMIDA 5 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	1.300.000
121	GLICLAZIDA 30 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	100.000
122	GLICLAZIDA 60 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA. (COTA PRINCIPAL)	UND.	150.000
123	GLICLAZIDA 60 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA. (COTA RESERVADA DO LOTE 122, LEI 123/06)	UND.	50.000
124	GLICOSE 5 % SOLUÇÃO INJETÁVEL 500 ML SISTEMA FECHADO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	4.000
125	GLICOSE 50 % SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	8.000
126	HALOPERIDOL 1 MG COMPRIMIDO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	400.000



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

127	HALOPERIDOL 1 MG COMPRIMIDO. (COTA RESERVADA DO LOTE 126, LEI 123/06)	UND.	200.000
128	HALOPERIDOL 5 MG COMPRIMIDO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	1.000.000
129	HALOPERIDOL 5 MG COMPRIMIDO. (COTA RESERVADA DO LOTE 128, LEI 123/06)	UND.	100.000
130	HALOPERIDOL 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	4.000
131	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO ,50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	6.000
132	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	1.600.000
133	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 61,5 MG/ML SUSPENSÃO ORAL 240 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	5.000
134	HIPROMELOSE 5 MG/ML (0,5%) SOLUÇÃO OFTÁLMICA. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	500
135	IBUPROFENO 300 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	250.000
136	IBUPROFENO 50 MG/ML SUSPENSÃO ORAL 30 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	8.000
137	IBUPROFENO 600 MG COMPRIMIDO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	400.000
138	IBUPROFENO 600 MG COMPRIMIDO. (COTA RESERVADA DO LOTE 137, LEI 123/06)	UND.	200.000
139	IPRATRÓPIO, BROMETO 0,25 MG/ML SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	600
140	IPRATRÓPIO, BROMETO 20 MCG/DOSE SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	600
141	ISOSSORBIDA, MONONITRATO 20 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	20.000
142	ITRACONAZOL 100 MG CÁPSULA. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	20.000
143	IVERMECTINA 6 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	50.000
144	LACTULOSE 667 MG/ML XAROPE 120 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	4.000
145	LEVODOPA 100 MG + BENZERAZIDA 25 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	10.000
146	LEVODOPA 200 MG + BENZERAZIDA 50 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	10.000
147	LEVODOPA 200 MG + CARBIDOPA 50 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	10.000
148	LEVODOPA 250 MG + CARBIDOPA 25 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	10.000
149	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG COMPRIMIDO. (LOTE	UND.	40.000



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

	EXCLUSIVO, LEI 123/06)		
150	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	40.000
151	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	40.000
152	LEVOTIROXINA SÓDICA 75 MCG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	40.000
153	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO 20 MG/G GEL 30 G. (COTA PRINCIPAL)	UND.	10.000
154	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO 20 MG/G GEL 30 G. (COTA RESERVADA DO LOTE 153, LEI 123/06)	UND.	2.000
155	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO 20 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 20 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	5.000
156	LORATADINA 1 MG/ML XAROPE 100 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	10.000
157	LORATADINA 10 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	120.000
158	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG COMPRIMIDO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	2.500.000
159	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG COMPRIMIDO. (COTA RESERVADA DO LOTE 158, LEI 123/06)	UND.	500.000
160	METFORMINA, CLORIDRATO 500 MG COMPRIMIDO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	800.000
161	METFORMINA, CLORIDRATO 500 MG COMPRIMIDO. (COTA RESERVADA DO LOTE 160, LEI 123/06)	UND.	200.000
162	METFORMINA, CLORIDRATO 850 MG COMPRIMIDO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	2.500.000
163	METFORMINA, CLORIDRATO 850 MG COMPRIMIDO. (COTA RESERVADA DO LOTE 162, LEI 123/06)	UND.	500.000
164	METILDOPA 250 MG MG COMPRIMIDO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	600.000
165	METILDOPA 250 MG MG COMPRIMIDO. (COTA RESERVADA DO LOTE 164, LEI 123/06)	UND.	200.000
166	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO 10 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	20.000
167	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	6.000
168	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO 4 MG/ML SOLUÇÃO ORAL. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	6.000
169	METOPROLOL, SUCCINATO 100 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA. (COTA PRINCIPAL)	UND.	25.000
170	METOPROLOL, SUCCINATO 100 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA. (COTA RESERVADA DO LOTE 169, LEI 123/06)	UND.	5.000



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

171	METOPROLOL, SUCCINATO 25 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	30.000
172	METOPROLOL, SUCCINATO 50 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	30.000
173	METRONIDAZOL (BENZOILMETRONIDAZOL) 40 MG/ML SUSPENSÃO ORAL 100 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	5.000
174	METRONIDAZOL 100 MG/G CREME VAGINAL 50 G. (COTA PRINCIPAL)	UND.	8.000
175	METRONIDAZOL 100 MG/G CREME VAGINAL 50 G. (COTA RESERVADA DO LOTE 174, LEI 123/06)	UND.	2.000
176	METRONIDAZOL 250 MG COMPRIMIDO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	600.000
177	METRONIDAZOL 250 MG COMPRIMIDO. (COTA RESERVADA DO LOTE 176, LEI 123/06)	UND.	200.000
178	METRONIDAZOL 400 MG COMPRIMIDO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	300.000
179	METRONIDAZOL 400 MG COMPRIMIDO. (COTA RESERVADA DO LOTE 178, LEI 123/06)	UND.	100.000
180	MICONAZOL, NITRATO 2 % CREME VAGINAL 80 G. (COTA PRINCIPAL)	UND.	5.500
181	MICONAZOL, NITRATO 2 % CREME VAGINAL 80 G. (COTA RESERVADA DO LOTE 180, LEI 123/06)	UND.	1.500
182	MIKANIA GLOMERATA (GUACO) 35 MG/ML XAROPE 120 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	5.000
183	NIFEDIPINO 10 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	120.000
184	NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENSÃO ORAL 50 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	2.500
185	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO 10 MG CÁPSULA. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	1.000
186	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO 25 MG CÁPSULA. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	20.000
187	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO 50 MG CÁPSULA. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	10.000
188	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO 75 MG CÁPSULA. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	5.000
189	ÓLEO MINERAL (PETROLATO) SOLUÇÃO ORAL 100 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	2.500
190	OMEPRAZOL 20 MG CÁPSULA. (COTA PRINCIPAL)	UND.	4.000.000
191	OMEPRAZOL 20 MG CÁPSULA. (COTA RESERVADA DO LOTE 190, LEI 123/06)	UND.	1.000.000
192	ONDASETRONA, CLORIDRATO DE 4 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	12.000
193	ONDASETRONA, CLORIDRATO DE 8 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	12.000



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

194	PARACETAMOL 200 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 10 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	20.000
195	PARACETAMOL 500 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	400.000
196	PERMETRINA 10 MG/ML LOÇÃO 60 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	3.000
197	PERMETRINA 50 MG/ML LOÇÃO 60 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	3.000
198	PREDNISOLONA 3 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 60 ML. (COTA PRINCIPAL)	UND.	15.000
199	PREDNISOLONA 3 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 60 ML. (COTA RESERVADA DO LOTE 198, LEI 123/06)	UND.	5.000
200	PREDNISONA 20 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	250.000
201	PREDNISONA 5 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	250.000
202	PROMETAZINA, CLORIDRATO 25 MG COMPRIMIDO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	800.000
203	PROMETAZINA, CLORIDRATO 25 MG COMPRIMIDO. (COTA RESERVADA DO LOTE 202, LEI 123/06)	UND.	200.000
204	PROMETAZINA, CLORIDRATO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	4.000
205	PROPAFENONA, CLORIDRATO DE 300 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	5.000
206	PROPAFENONA, CLORIDRATO DE 150 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	5.000
207	PROPRANOLOL, CLORIDRATO DE 10 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	10.000
208	PROPRANOLOL, CLORIDRATO DE 40 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	50.000
209	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL (NaCl 3,5G + Glicose 20G + Citrato Na 2,9G + KCl 1,5G) 27,9 G PÓ PARA SOLUÇÃO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	30.000
210	SALBUTAMOL, SULFATO 5 MG/ML SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	8.000
211	SALBUTAMOL, SULFATO 5 MG/ML SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO. (COTA RESERVADA DO LOTE 210, LEI 123/06)	UND.	2.000
212	SALBUTAMOL, SULFATO 0,4 MG/ML XAROPE 100 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	5.000
213	SALBUTAMOL, SULFATO 100 MCG/DOSE AEROSSOL 200 DOSES. (COTA PRINCIPAL)	UND.	8.000
214	SALBUTAMOL, SULFATO 100 MCG/DOSE AEROSSOL 200 DOSES. (COTA RESERVADA DO LOTE 213, LEI 123/06)	UND.	2.000



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

215	SECNIDAZOL 1.000 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	30.000
216	SERTRALINA, CLORIDRATO 50 MG COMPRIMIDO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	800.000
217	SERTRALINA, CLORIDRATO 50 MG COMPRIMIDO. (COTA RESERVADA DO LOTE 216, LEI 123/06)	UND.	200.000
218	SIMETICONA 40 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	50.000
219	SIMETICONA 75 MG/ML SUSPENSÃO ORAL 10 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	12.000
220	SINASTATINA 20 MG COMPRIMIDO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	1.000.000
221	SINASTATINA 20 MG COMPRIMIDO. (COTA RESERVADA DO LOTE 220, LEI 123/06)	UND.	200.000
222	SINASTATINA 40 MG COMPRIMIDO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	800.000
223	SINASTATINA 40 MG COMPRIMIDO. (COTA RESERVADA DO LOTE 222, LEI 123/06)	UND.	200.000
224	SOLUÇÃO DE RINGER + LACTATO 500ML SOLUÇÃO INJETÁVEL. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	5.000
225	SULFADIAZINA DE PRATA 1% CREME 30 G. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	7.000
226	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 40 + 8 MG/ML SUSPENSÃO ORAL 100 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	7.000
227	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 400 + 80 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	80.000
228	SULFATO DE POLIMIXINA B 10.000 UI/ML + SULFATO DE NEOMICINA 3,500 MG/ML + FLUCINOLONA ACETONIDA 0,250 MG/ML + CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 20 MG/ML SOLUÇÃO OTOLÓGICA. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	200
229	SULFATO DE ZINCO 10 MG COMPRIMIDO MASTIGÁVEL. (COTA PRINCIPAL)	UND.	80.000
230	SULFATO DE ZINCO 10 MG COMPRIMIDO MASTIGÁVEL. (COTA RESERVADA DO LOTE 229, LEI 123/06)	UND.	20.000
231	SULFATO DE ZINCO 4 MG/ML XAROPE. (COTA PRINCIPAL)	UND.	8.000
232	SULFATO DE ZINCO 4 MG/ML XAROPE. (COTA RESERVADA DO LOTE 231, LEI 123/06)	UND.	2.000
233	SULFATO FERROSO 5 MG/ML XAROPE. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	10.000
234	SULFATO FERROSO 0,5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL. (COTA PRINCIPAL)	UND.	12.000
235	SULFATO FERROSO 0,5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL. (COTA RESERVADA DO LOTE 234, LEI 123/06)	UND.	3.000
236	SULFATO FERROSO 40 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	800.000



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

237	TIAMINA, CLORIDRATO DE 300 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	20.000
238	VALPROATO DE SÓDIO 250 MG COMPRIMIDO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	400.000
239	VALPROATO DE SÓDIO 250 MG COMPRIMIDO. (COTA RESERVADA DO LOTE 238, LEI 123/06)	UND.	100.000
240	VALPROATO DE SÓDIO 50 MG/ML XAROPE 100 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	4.000
241	VALPROATO DE SÓDIO 500 MG COMPRIMIDO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	400.000
242	VALPROATO DE SÓDIO 500 MG COMPRIMIDO. (COTA RESERVADA DO LOTE 241, LEI 123/06)	UND.	100.000
243	VARFARINA SÓDICA 5 MG COMPRIMIDO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	30.000

1.2. Os itens objeto do registro de preços não se enquadram como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 39/2023.

1.3. Os itens objeto do registro de preços são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. **Autorização específica do Ministério da Saúde para o exercício da atividade correspondente, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), acompanhada da respectiva publicação no Diário Oficial da União, e licenciamento do estabelecimento pelo órgão competente da Secretaria Estadual de Saúde do domicílio ou sede do licitante, com validade na data do certame, nos termos do Decreto nº 79.094/77.**

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação do registro de preços e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

4. REQUISITOS DO OBJETO A SER REGISTRADO

- 4.1. Todos os produtos com validade mínima de 180 (cento e oitenta) dias, no ato do recebimento;
- 4.2. Padrões mínimos de qualidade, de forma a permitir a seleção da proposta mais vantajosa;
- 4.3. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.4. Informações sobre o horário de entrega das mercadorias: Segunda-feira a sexta-feira de 08:00 às 12:00, 14:00 às 17:00;
- 4.5. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, não sendo aceito caixas amassadas, pacotes rasgados, com rótulos ou embalagens danificadas e nem sujos;
- 4.6. As caixas deverão estar com os rótulos contendo prazo de validade de acordo com os critérios que a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) estabelece;
- 4.7. O descarregamento será de responsabilidade da empresa CONTRATADA;
- 4.8. Em caso de desconformidade, serão recusados e notificados no ato do recebimento;

Subcontratação

- 4.9. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.10. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de **5 (cinco) dias**, contados da solicitação, em remessa especificada no referido pedido.
- 5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Praça São Cristóvão, s/n, Bairro Camuxinga, CEP 57.510-000, Santana do Ipanema/AL.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A fiscalização da contratação será exercida pelo servidor **Fellype Bruno Barbosa Souza, Diretor Administrativo, CPF nº 117.316.424-31**, designado gestor, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

6.6. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

6.6.1. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.6.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.6.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.6.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.7. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.7.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.8.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.8.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.8.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.9. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.10. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.11. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a)** o prazo de validade;
- b)** a data da emissão;
- c)** os dados do contrato e do órgão contratante;
- d)** o período respectivo de execução do contrato;
- e)** o valor a pagar; e
- f)** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGPM de correção monetária.

Forma de pagamento

7.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de falência ou insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação;

8.23. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

8.24. I - Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;

8.24.1. II - Solvência Geral (SG) = $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$; e

8.24.2. III - Liquidez Corrente (LC) = $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$.

8.25. Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil que ateste a boa situação financeira do licitante, conforme o índice exigido no termo de referência.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

8.26. As empresas que apresentarem resultado inferior a 1 (um) em qualquer dos índices, deverão comprovar o capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total ofertado

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.28. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Qualificação Técnica

8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.30.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Santana do Ipanema/AL.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.